

PORTUGUÊS

O exemplo do Brasil

O aquecimento global está alterando de forma rigorosa o clima em determinadas partes do mundo. É cada vez mais frequente a ocorrência de eventos climáticos extremos, tais como grandes inundações, secas severas, tufões devastadores e chuvas mais concentradas em um breve espaço de tempo. Outras consequências ocasionadas pelas mudanças climáticas, como elevação no nível do mar e derretimento das geleiras, também estão previstas.

A energia, porém, não sofrerá tanto com o aquecimento.

Essencial para a manutenção do nível de conforto de bilhões de pessoas em todo o planeta, mais de 80% da matriz global é proveniente de combustíveis fósseis: carvão, petróleo e gás natural. Outra fonte importante é a energia nuclear.

Porém, as reservas fósseis, formadas há milhões de anos, são finitas. Estima-se que o petróleo, se extraído à velocidade atual, será extinto dentro de, no máximo, 50 anos. E, além do esgotamento físico desse recurso, o acesso às reservas mundiais é desigual. Hoje, metade do petróleo produzido no planeta provém de países com regimes políticos complexos no Oriente Médio, responsáveis pelas flutuações no preço do barril. [...]

No planeta, as energias renováveis representam menos de 10% das matrizes. O Brasil é, curiosamente, um dos países com exemplos interessantes de solução. Aqui, quase a metade da matriz energética é proveniente de fontes renováveis, uma condição bastante favorável em relação ao resto do mundo. Tal posição se dá pela alta porcentagem da energia produzida por usinas hidrelétricas e fontes alternativas, como a biomassa. Sob o ponto de vista de geração de eletricidade, somos referência global. [...]

Embora nosso potencial hidrelétrico seja enorme – mais de 260 mil megawatts de capacidade total –, apenas um terço está instalado, ou seja, em operação. Grande parte do restante, porém, situa-se na bacia Amazônica, palco de controvérsias devido a problemas socioambientais gerados pela construção de grandes barragens. Além disso, a região fica distante dos grandes centros consumidores do Sul e do Sudeste.

A usina de Belo Monte, no Pará, é o exemplo que melhor reúne esse choque de visões. Mesmo com manifestações de ambientalistas contrários a sua construção – cujo projeto promete acrescentar quase 12 mil megawatts de capacidade instalada à matriz energética nacional –, o governo adotou como questão de honra tocar adiante a construção da usina. Com isso, infelizmente, criou-se no âmbito governamental uma falsa dicotomia de que a proteção tal como desejam os ambientalistas é caracterizada como inimiga do desenvolvimento.

Fonte: GOLDEMBERG, José. NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. 2012.
Disponível em: <http://viageaqui.abril.com.br/materias/o-exemplo-do-brasil>

1. A partir da leitura do texto é possível afirmar que:

- Segundo o autor, as causas das chuvas mais concentradas que ocorrem em intervalos cada vez mais curtos têm origem no aquecimento global.
- Apesar dos muitos recursos naturais o país não apresenta um grande potencial energético a ser explorado.

- As causas dos eventos climáticos extremos, tais como grandes inundações, secas severas, tufões devastadores estão na construção das hidrelétricas.
- As alterações climáticas alteram a distribuição de energia no país.

2. Pode ser classificado como sujeito da oração "É cada vez mais frequente":

- O aquecimento global
- O clima em determinadas partes do mundo
- A ocorrência de eventos climáticos extremos
- As grandes inundações, secas severas, tufões devastadores e chuvas.

3. O quarto parágrafo inicia-se "Porém, as reservas fósseis..." indicando que este exerce com relação ao que foi dito anteriormente uma ideia de:

- Conclusão
- Conformidade
- Causa
- Adversidade

4. "Grande parte do restante, porém, situa-se na bacia Amazônica, palco de controvérsias devido a problemas socioambientais gerados pela construção de grandes barragens". Assinale o vocábulo que pode substituir a palavra destacada sem alterar o sentido da frase:

- Opiniões
- Divergências
- Divagações
- Propostas

5. Assinale a sentença que apresenta erro quanto à concordância verbal.

- "Por isso, as Cartas Persas anunciam o Espírito das Leis". (Mário Barreto)
- Eles saíram cada um com a sua bicicleta.
- "Pai e filho cada um seguia por seu caminho". (Epifânio Dias)
- Nunca se viu tantas mentiras como naquela tarde!

6. Assinale a sentença que apresenta erro quanto à concordância nominal.

- Fruta é bom para a saúde!
- Já é meio dia e meia!
- Seguem incluso as notas promissórias.
- Os documentos do partido vão anexos aos resumos da reunião.

7. Assinale a sentença que apresenta erro quanto à regência verbal.

- Aspiramos ao perfume das flores.
- Ralhou com o filho.
- O médico assistiu o doente com muita atenção.
- Aquela resposta não lhe agradou.

8. Qual das preposições abaixo preenche corretamente a lacuna na frase: "O Homem sem nenhum escrúpulo visava apenas ____ uma posição de destaque":

- para
- em
- com
- a

9. Considere as sentenças abaixo:

- As pessoas desempregadas correm a cidade à procura de trabalho.
- As pessoas desempregadas correm à cidade à procura de trabalho.

É possível afirmar que:

- a) Não há diferença alguma de sentido entre as sentenças.
 b) Na frase I, as pessoas andam dentro da cidade, pela cidade.
 c) Na frase II, as pessoas estão procurando emprego dentro da cidade.
 d) Na frase II, não há como identificar se os desempregados andam pela cidade ou se são de fora dela.

O Bicho

Vi ontem um bicho
 Na imundície do pátio
 Catando comida entre os detritos.
 Quando achava alguma coisa,
 Não examinava nem cheirava:
 Engolia com voracidade.
 O bicho não era um cão,
 Não era um gato,
 Não era um rato.
 O bicho, meu Deus, era um homem.

BANDEIRA, Manuel. Poesia Completa e Prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.

10. No poema, a analogia feita ao homem parte da sua condição de pobreza, sendo o tratamento que lhe é dado semelhante ao de um animal. A figura de linguagem que melhor define essa analogia é:
 a) Metáfora
 b) Metonímia
 c) Comparação
 d) Catacrese
11. Analisando a sintaxe no texto acima, os verbos "examinava", "cheirava", "achava" e "engolia" têm como sujeito o termo:
 a) Um homem
 b) Um bicho
 c) Um cão
 d) Um gato
12. Na terceira estrofe, os versos possuem estrutura sintática semelhante. Assim sendo, podemos classificar a função dos vocábulos "cão", "gato" e "rato" como:
 a) Núcleos do sujeito
 b) Adjuntos adnominais
 c) Adjuntos adverbiais
 d) Predicativos
13. No verso "Vi ontem um bicho" podemos classificar o sujeito como:
 a) Simples
 b) Composto
 c) Oculto
 d) Indeterminado
14. Em qual das alternativas abaixo, a substituição da palavra destacada pela sugerida entre parênteses não acarretará na ocorrência de crase:
 a) Nesta sexta iremos a um baile no clube. (celebração)
 b) A escola ficava ao lado do teatro. (direita)
 c) O jogo de vôlei começará ao meio-dia. (noite)
 d) Muita gente prefere futebol ao tênis. (natação)
15. Assinale a alternativa cuja figura de linguagem não foi classificada corretamente:
 a) Tenho Machado como leitura de cabeceira. (Metonímia)
 b) O amor é chama. (Metáfora)
 c) Fiz do meu mais velho amor o meu mais novo desprezo. (Antítese)
 d) Daquele coração vinha um olhar quente que congelara minh'alma. (comparação)

16. A função sintática do se na frase "O professor atrapalhou-se" é:

- a) Sujeito
 b) Objeto direto
 c) Objeto indireto
 d) Índice de indeterminação do sujeito

17. Assinale a alternativa em que o acento grave está sendo empregado de forma errada.

- a) Fui à França no semestre passado.
 b) Chego às dez horas da noite do trabalho.
 c) Falou à qualquer pessoa.
 d) As alusões eram feitas à Maria.

18. Qual das alternativas apresenta erro na configuração da regência:

- a) Ontem regresssei à faculdade.
 b) Todos chamavam por Deus em suas preces!
 c) Cecília lembra muita a mãe na maneira de andar.
 d) Lembrei da letra da música de Caetano Veloso.

19. Quanto ao uso da vírgula, assinale a alternativa cuja sequência indica a classificação correta das frases:

- 1 – Eu saio agora. Ela, depois.
 2 – João, onde comprou esses sapatos?
 3 – Minha mãe, a filha mais velha, cuidou dos pais até o fim de suas vidas.
 4 – Ideia boa, porém, muito difícil de executar.

- () Aposto
 () Vocativo
 () Conjuncão adversativa
 () Elipse verbal

- a) 2413
 b) 1243
 c) 4213
 d) 3241

20. Na oração "Entreguei o livro **ao aluno**" o termo destacado exerce a função de:

- a) Sujeito
 b) Objeto direto
 c) Predicativo
 d) Objeto indireto

21. ____ opiniões não me interessam. Já ____ disse que não confio mais em você. Completam corretamente as lacunas:

- a) Suas – lhe
 b) Suas – te
 c) Minhas – lhe
 d) Suas – vos

22. Considere o trecho abaixo e responda:

Cheia de luzes brilhantes estava a cidade. Carros para todos os lados, em duas vias de sentidos opostos. Assim também estavam as pessoas, caminhando aparentemente a esmo, com olhares fixos num horizonte, semelhante a um imã que as puxava em direção ao nada. Ninguém olha sequer para os lados. Sequer o vento tem direção.

Considerando seu conteúdo, podemos definir o texto acima como sendo um texto:

- a) Narrativo
 b) Dissertação
 c) Descritivo
 d) Argumentativo

23. Na sentença "Cheia de luzes brilhantes estava a cidade" o termo sublinhado exerce a função de:

- a) Sujeito
- b) Predicativo
- c) Objeto indireto
- d) Adjunto adnominal

24. Assinale a alternativa incorreta segundo a concordância:

- a) Sinto gratidão e reconhecimento profundo.
- b) Sinto profunda gratidão e reconhecimento.
- c) Sinto terno amor e gratidão.
- d) Sinto amor e gratidão ternas.

25. Considere os verbos em destaque. Todas as orações abaixo não possuem sujeito, EXCETO:

- a) **Choveu** muito.
- b) **Anoitece** rapidamente.
- c) **Haverá** eleições em 1998.
- d) **Faltam** dois minutos para a meia noite.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Em se tratando de permissão e concessão da prestação de serviço público, ante o disposto na Lei n. 8.987/95, marque a opção incorreta.

- a) Ocorrerá a caducidade da concessão caso a concessionária não cumpra as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos.
- b) Caracteriza-se como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso quando por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- c) O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço.
- d) Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

27. O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis "inter vivos" - ITBI incide sobre qualquer uma das seguintes ocorrências:

- I. Dação em pagamento.
- II. Permuta.
- III. Arrematação.
- IV. Transferência do patrimônio da pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III;
- b) Apenas as afirmativas II e IV;
- c) Apenas as afirmativas I, II e IV;
- d) As afirmativas I, II, III e IV.

28. Considere os itens, colocando V ou F nos parênteses se caso for verdadeiro ou falso RESPECTIVAMENTE.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incide sobre as seguintes formas de prestação de serviços:

- () Por trabalhadores avulsos.
- () Em relação de emprego.
- () Por diretores e membros do conselho consultivo ou fiscal.

A sequência CORRETA é:

- A) V - V - V;
- B) F - F - F;
- C) V - F - F;
- D) F - F - V;

29. Acerca da obrigação tributária, assinale a opção correta.

- a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- b) As pessoas expressamente designadas por lei são solidariamente obrigadas pelas dívidas tributárias, sendo certo que, por não ser um efeito de realidade tributária, a interrupção da prescrição em favor de um dos obrigados não favorece aos demais.
- c) A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, não sendo suficiente que esta se configure apenas uma unidade econômica ou profissional.
- d) Por ferir o princípio da igualdade, a autoridade administrativa não pode recusar o domicílio tributário eleito pelo contribuinte, ainda quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

30. No que diz respeito à suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, assinale a opção correta.

- a) A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- b) A lei que concede parcelamento do crédito tributário não poderá excluir a incidência de juros e multas.
- c) O Código Tributário Nacional não veda a compensação tributária mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- d) Sob pena de ofensa aos princípios da igualdade e da isonomia, a isenção e a anistia não podem ser concedidas apenas a determinada região do território da entidade tributante.

31. A autoridade competente para aplicar a lei tributária municipal, estando diante de norma legal a partir da qual se podem erigir diferentes interpretações, deverá interpretá-la de maneira mais favorável ao:

- a) Acusado, quando essa lei tributária estiver definindo infrações ou cominando penalidades.
- b) Contribuinte, no tocante à alíquota e à base de cálculo aplicáveis a um determinado tributo.
- c) Contribuinte acusado, no tocante à alíquota e à base de cálculo aplicáveis a um determinado tributo, bem como às penalidades passíveis de imposição a ele.
- d) Contribuinte, no tocante à alíquota aplicável a um determinado tributo.

32. Um determinado município, não conseguindo, hipoteticamente, exercer sua competência constitucional tributária para instituir o ITBI no seu território, celebrou acordo com o Estado federado em que se localiza, para que esse Estado passasse a exercer, em seu lugar, a competência constitucional para instituir o referido imposto em seu território municipal e, ainda, para que exercesse as funções de fiscalizar e arrecadar esse tributo, recebendo, em contrapartida, um pagamento fixo anual, a título de "retribuição compensatória". Relativamente a essa situação, o Município:

- a) pode delegar sua competência tributária e suas funções de arrecadar e de fiscalizar tributos a outra pessoa jurídica de direito público.
- b) não pode delegar sua competência tributária a qualquer outra pessoa jurídica de direito público, embora possa delegar as funções de arrecadar e de fiscalizar tributos de sua competência tributária.
- c) não pode delegar sua competência tributária, nem suas funções de fiscalizar tributos a qualquer outra pessoa jurídica de direito público, embora possa delegar suas funções de arrecadar tributos de sua competência tributária.

d) não pode delegar sua competência tributária, nem suas funções de arrecadar e de fiscalizar tributos de sua competência tributária a qualquer outra pessoa jurídica de direito público.

33. Existindo um determinado tributo, cuja legislação de regência determine aos seus contribuintes a emissão do correspondente documento fiscal, com sua posterior escrituração no livro fiscal próprio, seguida da apuração do valor devido no final de cada período de competência e, finalmente, do subsequente recolhimento do valor apurado junto à rede bancária, tudo sem a prévia conferência do fisco, ficando essa atividade desenvolvida pelo contribuinte sujeita à posterior análise e exame pelo agente do fisco, que poderá considerá-la exata ou não, caracteriza a forma de lançamento denominada:

- a) De ofício
- b) Por homologação
- c) Por declaração
- d) Misto

34. A empresa XYZ, contribuinte de imposto municipal, efetuou prestação de serviço sujeita à incidência desse imposto, emitiu corretamente o documento fiscal previsto na legislação municipal, escriturou-o regularmente no livro próprio, apurou o montante do imposto a pagar no término do período de apuração e, ao final, pagou o imposto devido.

A obrigação tributária principal:

- a) não se extingue.
- b) se extingue com o lançamento por homologação feito pelo contribuinte.
- c) se extingue juntamente com a extinção do crédito tributário dela decorrente.
- d) se extingue com a apresentação de pedido de parcelamento do crédito tributário.

35. Admitindo-se que caiba apenas aos Estados federados colocar à disposição da população um determinado serviço público específico e divisível, e, admitindo-se também que, em decorrência de omissão de alguns Estados, os municípios neles localizados resolvam, fora do âmbito de suas respectivas atribuições, tornar esse serviço disponível às suas respectivas populações cobrando, em razão disso, taxas pelos serviços que estão sendo colocados à sua disposição, conclui-se que a instituição dessa taxa está em:

- a) desconformidade com a legislação, pois uma pessoa jurídica de direito público não pode cobrar taxa por atividade que não esteja no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) conformidade com a legislação, desde que o Estado delegue sua competência tributária para o município.
- c) desconformidade com a legislação, pois a atividade desenvolvida pelo município deve ser prestada gratuitamente, custeada pela receita geral de impostos, já que os municípios não estão constitucionalmente autorizados a cobrar taxa de espécie alguma.
- d) conformidade com a legislação, pois, se o Estado não exerceu sua competência constitucional, o município deve fazê-lo, cobrando, consequentemente, as taxas cabíveis.

36. Um determinado município alagoano, ao instituir o ISS, imposto de competência municipal, criou, na mesma lei ordinária, várias obrigações acessórias, no interesse da arrecadação e fiscalização desse imposto.

Com relação à referida lei ordinária, é correto afirmar que:

- a) Ela não poderia ter criado obrigações acessórias, pois isso é atribuição de decreto.
- b) Ela não poderia ter criado obrigações acessórias, pois isso é atribuição de normas regulamentares e infrarregulamentares.
- c) Não há irregularidade alguma em ela ter criado obrigações acessórias.

d) Lei ordinária só pode criar obrigação principal e normas infralegais só podem criar obrigações acessórias.

37. Sobre o conceito de tributo e sua natureza jurídica, assinale a única opção correta.

- a) A Lei Complementar n. 104/2001, ao permitir a dação em pagamento de bens imóveis, como forma de extinção do crédito tributário, promoveu a derrogação do art. 30 do CTN, que confere ao tributo uma prestação pecuniária em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.
- b) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória instituída em lei. Todavia, não há restrição para que o Município majore alíquotas de tributos, sob sua competência, por meio de decreto.
- c) Tendo em vista que o tributo não pode constituir uma sanção por ato ilícito, não se faz possível a incidência de tributos sobre atividades criminosas, pois assim agindo o Estado estaria obtendo recursos de uma atividade por ele proibida.
- d) O que determina a natureza jurídica de um tributo é o fato gerador da respectiva obrigação, independentemente de sua denominação e da destinação legal do produto de sua arrecadação.

38. Nos termos do Código Tributário Nacional, o sujeito passivo da obrigação principal, quando, sem revestir a condição de contribuinte, tem sua obrigação decorrente de disposição expressa de lei, é denominado

- a) substituto tributário.
- b) agente tributário.
- c) substituto por derivação.
- d) responsável.

39. No caso de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador, o sujeito passivo, relativamente à importância de crédito tributário, poderá:

- a) Promover ação de consignação em pagamento, que só poderá versar sobre o crédito que se dispõe a pagar.
- b) Impetrar mandado de segurança, para discutir a origem do tributo.
- c) Interpor recurso administrativo.
- d) Propor ação declaratória negativa de débito fiscal.

40. Sabe-se que a compensação prevista no Código Tributário Nacional não se confunde com a compensação regulada pelo Código Civil, porque a compensação civil:

- a) somente é criada por lei, enquanto que a compensação tributária é instituída por contrato, sendo que ambas se referem a créditos vencidos.
- b) pode ser criada por contrato e se refere a créditos vencidos, enquanto a compensação tributária é criada por lei e se refere a créditos vencidos e vincendos.
- c) é criada por lei, refere-se a créditos vencidos e vincendos, enquanto que a compensação tributária é criada por contrato e somente se refere a créditos vencidos.
- d) e a tributária são criadas sempre por lei, sendo que a compensação civil se refere a créditos vincendos e a tributária a créditos vencidos.